

9B
12/11/98
ADER 0221 9

Adauto Cruz 8.10.96



A floresta amazônica brasileira já perdeu 469 mil quilômetros quadrados só neste século, uma área equivalente à da França e Espanha juntas

Mato Grosso lidera novos desmatamentos na Amazônia

Projetos agrícolas e assentamentos de sem-terra são responsáveis pela maioria dos novos cortes na floresta tropical

Ronaldo Brasiliense
Da equipe do Correio

O mais bem guardado segredo de Estado do governo Fernando Henrique Cardoso vai cair por terra dia 15 de janeiro, quando o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), de São José dos Campos (SP), divulgará os números sobre os desmatamentos na Amazônia brasileira entre 1995 e 1997.

Os números, guardados com cuidado, vão provocar um razoável estrago na imagem da política ambiental do governo brasileiro, principalmente no exterior. Mostrarão que as taxas de desmatamento aumentaram de forma progressiva nos três anos da gestão do sociólogo Fernando Henrique.

Os dados são particularmente alarmantes no estado do Mato Grosso, onde o padrão dos desmatamentos é o mais agressivo de toda a Amazônia Legal", afirma Telma Krug, chefe do Observatório da Terra, do Inpe, coordenadora dos trabalhos sobre os novos desmatamentos feitos pela mão do homem na maior floresta tropical úmida do planeta.

"No Mato Grosso estão acontecendo coisas absurdas, desflorestamentos espantosos", assusta-se Telma Krug, negando que os dados do INPE sobre desmatamentos estejam sendo sonhadas à sociedade civil por pressão governamental, como chegou a ser divulgado às vésperas da viagem do presidente Fernando Henrique à Inglaterra. "Não tem nada disso", garante.

Com base no monitoramento de 226 imagens do satélite norte-americano Landsat, que cobrem toda a Amazônia, os técnicos do Inpe e os especialistas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que tiveram acesso às fotos já não têm dúvida de que, no caso do Mato Grosso, os desmata-

mentos na floresta nativa vêm sendo provocados pelo avanço de projetos agrícolas — incentivados pelo Ministério da Agricultura — e, também, pela pressão provocada pelos assentamentos de trabalhadores rurais feitos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

AGROPECUÁRIA

"Cerca de 80% dos desmatamentos se concentram em 46 imagens do Landsat", antecipa Telma Krug, revelando que, a exemplo do que vem ocorrendo desde a década de 80, as maiores áreas desmatadas encontram-se no Mato Grosso, no sul do Pará — onde foram implantados dezenas de projetos agropecuários incentivados pelo governo, nas décadas de 70 e 80 — e ao longo da rodovia BR-364 (Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco), em zonas para onde o governo carregou levas de colonos, desde os tempos da ditadura militar, num processo de conquista do oeste brasileiro.

Apesar das denúncias constantes contra a presença de madeiras asiáticas no Amazonas — maior estado brasileiro, com 1,6 milhão de quilômetros quadrados — os desmatamentos por lá têm se alastrado, mas ainda são insignificantes diante da dimensão do território amazonense.

Os novos monitoramentos feitos pelo INPE, atendendo pedido do presidente do Ibama, Eduardo Martins, trarão pela primeira vez detalhamento sobre as áreas desmatadas nos 100 principais municípios da região Norte. "Os números mostrarão que acabou o tempo dos grandes desmatamentos, como os que ocorriam nos anos 80", afirma Eduardo Martins.

Os últimos dados sobre desmatamentos na maior floresta tropical do planeta revelados pelo INPE referem-se aos governos Fernando Collor e Itamar Franco

(1990-1994).

Esses levantamentos mostraram que os desmatamentos na Amazônia vêm crescendo progressivamente desde 1991, segundo dados do Landsat. As estatísticas conhecidas sobre desmatamentos mostram que a Amazônia já perdeu, ao longo deste século, 469.978 quilômetros quadrados de suas florestas tropicais nativas.

O recrudescimento dos desmatamentos constatado por imagens de satélite mostra que as medidas adotadas pelo governo federal, ao longo dos últimos anos, não surtiram efeito: a taxa média de desmatamento cresceu, segundo o Inpe, de 0,37% em 1991/92, para 0,40% em 1992/94. Isso equivale a um incremento anual de área desmatada de 14.896 quilômetros quadrados em 1994, contra um desmatamento de 11.130 kms quadrados em 1991.

Foram mais de 25 mil quilômetros quadrados de florestas tropicais devorados pelas queimadas, construção de estradas, pastagens de gado e implantação de projetos de infra-estrutura na região amazônica.

DEVASTAÇÃO

Os estados mais atingidos pelos desmatamentos foram, pela ordem, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Acre — áreas de fronteira agrícola do país. Houve redução de desmatamentos no Amazonas, Amapá, Roraima, Maranhão e Tocantins. O último levantamento do Inpe mostra o estado do Pará como o mais devastado da Amazônia: uma área de 160.355 quilômetros quadrados de florestas foi destruída, sendo 16 mil quilômetros quadrados somente de 1991 a 1994. O Amapá aparece como o estado menos devastado da região Norte, com apenas 1.736 kms quadrados destruídos.

O Ibama aponta como principais causas dos desmatamentos na Amazônia a exploração irregular de madeira — com a exploração do mogno, em particular —, a implantação de pastos em áreas de floresta tropical nativa e obras de infra-estrutura implantadas na região mal orientadas.

MEMÓRIA

CORTES COM INCENTIVO DO GOVERNO

A comparação é inevitável. No final da década de 60, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), empresários do Sul/Sudeste do país se mudaram de mala e cuia para a região Norte em busca dos incentivos fiscais, implantando megaprojetos agropecuários. A floresta — que tinha valor econômico zero na avaliação dos burocratas do governo — foi devastada no sul do Pará, sudoeste do Maranhão e Rondônia, dando lugar a milhões de hectares de pasto para a criação de gado bovino. Foi um desastre: só a fazenda Vale do Rio Cristalino, em Santana do Araguaia, desmatou 45 mil hectares, promovendo uma gigantesca queimada, observada pela primeira vez, do espaço, por satélites norte-americanos.

A farra dos incentivos fiscais para os latifundiários agropecuaristas só acabou no governo Sarney, que editou o Programa Nossa Natureza e decretou o fim dos incentivos para os destruidores de florestas.

Trinta anos depois e 469 mil quilômetros quadrados a menos — uma área do tamanho da França e Espanha, juntas — a floresta amazônica sofre novo ataque, e mais uma vez com o incentivo governamental.

Especialistas em monitoramento de imagens de satélite do Inpe não têm dúvidas de que, pelo menos no caso do Mato Grosso, o Ministério da Agricultura e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) têm culpa no cartório. (R.B.)